



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA  
LICENCIATURA INTEGRADA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E  
LINGUAGENS

**JOSÉ ROBERTO BRITO DIAS**

Avaliação da inclusão escolar um aluno nos anos iniciais com Síndrome Óculo-  
Dento-Digital (ODD) segundo critérios legais

BELÉM/PA

2018



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO CIENTÍFICA  
LICENCIATURA INTEGRADA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E  
LINGUAGENS**

**JOSÉ ROBERTO BRITO DIAS**

**AVALIAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR UM ALUNO COM SÍNDROME ÓCULO-  
DENTO-DIGITAL (ODD) SEGUNDO CRITÉRIOS LEGAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Pará, como requisito para a graduação do curso Licenciatura Integrada em Educação em Ciências, Matemática e Linguagens, orientado pela Profa. Dra. Maria de Fátima Vilhena da Silva.

**BELÉM - PARÁ**

**Março de 2018**

**AVALIAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ALUNO COM SÍNDROME  
ÓCULO-DENTO-DIGITAL (ODD) SEGUNDO CRITÉRIOS LEGAIS**

**JOSÉ ROBERTO BRITO DIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Pará,  
como requisito para a graduação do curso Licenciatura Integrada em Educação em  
Ciências, Matemática e Linguagens.

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Maria de Fátima Vilhena da Silva (Orientadora)

---

Prof. Msc.. Dr.Marcos Leandro Lisbôa de Moraes

---

Profa. Dra. Emilly Hanna da Silva

---

Data da defesa: 09/03/2018

RESULTADO: \_\_\_\_\_

**BELÉM-PARÁ**  
2018



## AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a Deus, pois sem ele não me imaginaria chegar até aqui;

Aos meus familiares que sempre me apoiaram, em especial aos meus filhos Milton Roberto Rodrigues Dias e Larissa Roberta Castro Dias que acreditaram em meu potencial e serviram de inspiração.

À Universidade Federal do Pará por ter me contemplado com o Curso de Licenciatura Integrada em Educação em Ciências Matemática e Linguagens;

À Profa.Dra. Maria de Fátima Vilhena da Silva, maravilhosa orientadora, mestra e amiga, sempre me incentivando nos momentos de dificuldades encontradas durante este trabalho.

Aos professores e colegas do Curso de graduação que foram também responsáveis pelo meu aprendizado através da troca de experiências e trabalhos desenvolvidos durante grande parte deste curso.

Agradeço ainda, a escola que Beto estudava, pois, as informações colhidas durante a pesquisa foram importantes para a realização deste trabalho.

A família do aluno Beto, que a todo momento solicitado durante este trabalho me repassou as informações necessárias sobre o aluno e sua síndrome.

# **AVALIAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR UM ALUNO COM SÍNDROME ÓCULO-DENTO-DIGITAL (ODD) SEGUNDO CRITÉRIOS LEGAIS**

**José Roberto Brito Dias**

## **RESUMO**

O presente trabalho tem o objetivo principal avaliar os aspectos de inclusão de um aluno com síndrome Óculo-Dento-Digital (ODD). A ODD engloba características físicas, como anormalidades nos olhos, como microftalmia, microcórnea, íris tênue e porosa, fissuras, pálpebras curtas e epicanto. O nariz pode apresentar-se fino, asas do nariz hipoplásicas com narinas pequenas. Mãos e pés podem ocorrer sindactilia, compactodactia, hipoplasia da falange média ou aplasia de um ou mais dedos das mãos ou dos pés. Este trabalho tem natureza de Estudo de Caso em que o desenvolvimento foi baseado na avaliação de três condições, a relação com a Lei de Inclusão Escolar, relação aluno-escola e a relação família-escola. O objeto de estudo foi um aluno de 10 anos de idade, com Síndrome ODD, estudante do 5º ano de uma escola particular do subúrbio de Belém. O interesse neste trabalho foi motivado pelo observar que apresentava algumas características físicas até então desconhecidas para mim e tinha 5 anos frequentando a mesma escola, e apresentava pouca evolução quanto aos conteúdos repassados em sala de aula. Para avaliar os critérios de inclusão deste caso considere os previstos em Lei. Para tanto, analisei os cadernos, livros e provas bimestrais do aluno. Também foram considerados os relatos da professora do aluno, da coordenadora pedagógica da escola, da psicopedagoga e também de seus familiares. Os resultados mostravam que o aluno apresentava extrema dificuldade na leitura e na escrita. De acordo com as atividades nos cadernos e livros, pôde-se observar a pouca utilização dos mesmos, pois os exercícios ou não se completavam ou nada era resolvido. Quanto às análises das avaliações bimestrais do aluno há ausência de material e de recursos pedagógicos adaptado para que as atividades escolares pudessem conhecer qual nível de aprendizagem o aluno atingia. Considero finalmente que os critérios segundo a Lei da inclusão escolar está longe de ser atingida para o aluno com ODD. Considero também ser necessário melhor preparação ou qualificação profissional dos educadores e organização na estrutura da escola para atender as necessidades de inclusão do aluno.

**Palavras-chave: Óculo-Dento-Digital. Avaliação escolar. Inclusão escolar.**

## Conteúdo

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2. ALGUNS MARCOS HISTÓRICOS SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR.....</b>	<b>1</b>
<b>3. BREVES CARACTERÍSTICAS DA SÍNDROME ÓCULO-DENTO- DIGITAL (ODD) .....</b>	<b>4</b>
<b>4. METODOLOGIA DO TRABALHO.....</b>	<b>5</b>
<b>O perfil do aluno beto.....</b>	<b>5</b>
<b>Perfil da escola.....</b>	<b>6</b>
<b>5. A AVALIAÇÃO QUANTO À INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM ODD.....</b>	<b>6</b>
<b>a) A relação com a Lei de inclusão escolar.....</b>	<b>7</b>
<b>b) relações aluno-escola: professora, psicopedagoga, coordenação pedagógica; a     relação com os colegas da escola e atividades escolares .....</b>	<b>9</b>
<b>c) A relação família-escola .....</b>	<b>11</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>16</b>
<b>7. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>18</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>20</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Síndrome Óculo-Dento-Digital (ODD) apesar de rara e de poucos casos relatados, traz na literatura indicações de várias anormalidades de ordem motora, estética, auditiva, visual que podem comprometer o rendimento e o desempenho escolar do um aluno na escola. O fato de haver pouca incidência da ODD, e também ser pouco conhecida quanto as suas características torna ainda mais difícil lidar com o problema em sala de aula quando o aluno a possui.

Motivos como esses me levam a questionar: que responsabilidade pode ser atribuída à escola para que o aluno com ODD possamos considerá-lo incluído segundo a legislação em vigor? Partindo desse questionamento, buscamos responder às seguintes perguntas: Que atividades devem ser dadas ao aluno de modo que haja inclusão escolar? Que avaliação pode ser mais adequada para o caso excepcional de aluno com ODD?

Destaco, que é de grande valia contar com as poucas, mas valiosas informações, não somente sobre a síndrome, mas também sobre os comprometimentos que a ODD causa, inclusive os que dificultam o processo de aprendizagem do aluno. A relação família/escola/aluno é essencial no processo de inclusão, uma vez que relação integrada possibilita maiores avanços no processo de inclusão escolar.

São muitos os problemas a serem investigados, porém para responder as duas perguntas derivadas, este artigo tem o objetivo de avaliar os critérios de inclusão escolar de um aluno que apresenta a síndrome ODD segundo o que está estabelecido em Lei.

## 2. ALGUNS MARCOS HISTÓRICOS SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR

Ao longo do tempo a educação mundial tem passado por diversas transformações, em especial a educação brasileira. A constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Base (LDB) 9394/96, estabelecem que a educação seja um

direito de todos, com isso garante o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência.

Nesse cenário da legalidade, a educação que antes se mostrava muito segregada passou a dar uma atenção especial à questão. A partir, da última metade do século XX, pessoas com necessidades especiais passaram a ser respeitadas de fato e de direito, pois, anteriormente concentrava-se somente nas deficiências.

A escola então é alvo de busca para educar pessoas antes excluídas desse processo. A tarefa é dar uma educação com êxito a todas as crianças com deficiência, inclusive aquelas com maior gravidade. Esse fato produz uma busca aos profissionais da educação quanto às leituras sobre os problemas, conseqüentemente, fica na responsabilidade das escolas encontrarem maneiras ou métodos eficazes de inclusão escolar. A Declaração de Salamanca veio fortalecer esta luta tornando-se um instrumento importante, historicamente, nesse processo sobre a inclusão e o atendimento educacional especial. De acordo com a Declaração:

“...escolas deveriam acomodar todas as crianças independentes de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados.” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA,1994).

Responsável pela gestão das políticas educacionais, o Ministério da Educação ( MEC), através da Diretoria de Políticas de Educação Especial (DPEE/SECADI) tem buscado construir políticas que possibilitem atender essa demanda. A exemplo disso, cito a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 9394/96, que diz em seu capítulo V, art.58, que deve haver uma “modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede escolar de ensino, para educando com necessidades educativas especiais.”

A partir dessa Lei, o Decreto 3.298/1999, dispõe sobre a Política Nacional para a integração de pessoas com necessidades educativas especiais. Nessa direção, temos a resolução CNE/CEB nº 17/2001, que institui as Diretrizes Educacionais para a Educação Especial. Tais diretrizes estão assentadas em três princípios que são: “a preservação da dignidade humana, a busca da identidade e o exercício da cidadania” (BRASIL, 2001, p. 23-24).

De acordo com essas Diretrizes a dignidade humana tem “como base e valor fundamental de todo estudo e práticas direcionadas ao atendimento dos alunos que apresentam necessidades especiais independentemente da forma em que tal necessidade se manifesta” (idem, p.24). Ainda nesse princípio, “toda e qualquer pessoa é merecedora do respeito de seus semelhantes e tem o direito a boas condições de vida e à oportunidade de realizar seus projetos” (idem, p. 24).

No que tange o princípio da identidade significa que cada cidadão tem um “rosto” singular de encontrar-se como pessoa e com o outro. É a capacidade que o sujeito possui de lidar consigo mesmo. Condição essa que “favorece o encontro das possibilidades, das capacidades que cada um é dotado, facilitando a verdadeira inclusão” (p. 24). Se aproximar as duas realidades (a de si e a do outro) é possível que se consiga a “interação e a extensão de si mesmo”.

Quando se trata de educação não se pode deixar de dizer do papel socializador e pedagógico que está presente no exercício da cidadania no sentido de buscar “estabelecer relações pessoais e sociais de solidariedade ... uma abertura solidária e sem preconceitos [que] poderá fazer com que todos percebam-se como dignos e na vida social” (p. 25).

Diante dessas regulamentações e reflexões ressalto para a importância do olhar mais atento para investir na formação inicial e formação continuada dos profissionais de educação, a fim de que esse público de pessoas especiais possa ter atendimento adequado e necessário à justa inclusão escolar. A meu ver, não bastam criar instrumentos legais é necessário que se efetivem as normas, que o sistema educacional e não somente a escola se responsabilize para regular o tratamento dado às pessoas com deficiências ou com necessidades educativas especiais já que o problema não é apenas escolar, mas social, cultural e econômico. Como se vê é necessário

Garantir formação e qualificação de professores de nível médio e superior para educação especial, de técnicos em nível médio e superior especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores e professores para a formação profissional. (BRASIL,1999,p.14)

Apesar de todos esses avanços a sociedade em geral, mormente famílias com pessoas com necessidades educativas especiais, desconhecem seus direitos

garantidos nas leis que as regem. E, também as escolas nem sempre estão preparadas para o melhor cumprimento desses direitos conquistados pelas pessoas especiais ou pessoas com deficiências, especialmente no que tange a síndromes tão pouco conhecidas ou quase totalmente desconhecida pelos profissionais da educação.

### 3. BREVES CARACTERÍSTICAS DA SÍNDROME ÓCULO-DENTO- DIGITAL (ODD)

Em 1920, Lohmann descreve pela primeira vez características sobre a síndrome óculo-dental-digital (ODD), porém, esse padrão foi melhor caracterizado por Gorlin, Meskin e St. Geme em 1963. (GORLIN et al., 1963). citado por JONES, 1970, p. 268). De acordo com (IKEDA et al,1998, p.269) a ODD pode apresentar anormalidades nos olhos, como microftalmia, microcórnea, íris tênue e porosa, fissuras, pálpebras curtas e epicanto. O nariz pode apresentar-se fino, asas do nariz hipoplásicas com narinas pequenas. Mãos e pés podem ocorrer sindactilia, compactodactia, hipoplasia da falange média ou aplasia de um ou mais dedos das mãos ou dos pés.

Algumas anormalidades ocasionais como retardo mental, microcefalia, glaucoma, catarata, microdontia, comprometimento da audição condutiva. O desempenho intelectual usualmente é normal. Em alguns casos ocorre uma disfunção neurológica progressiva secundária a uma compressão da medula espinhal decorrente de uma possível hiperotose da base craniana ou de anormalidades da substância branca.

Judisch (1998, p.98) recomenda às pessoas com ODD exame oftalmológico periódico, uma vez que foram observados casos de glaucoma de ângulo aberto. Para Ikeda (1998, p.269) a ODD é uma síndrome autossômica, dominante, com expressão variável; e muitos casos representam mutações recentes.

Na Tese de doutorado, realizada na UNICAMP, Fabiana Alexandrino (2008, p.60), destaca que a ODD “pode apresentar sintomas neurológicos como deficiência mental e ataxia pode estar presente, assim como, perda auditiva. Reforçando ainda, que o gene GJA1 humano é um gene candidato da condição pleiotrópica de ODD porque tem locais e níveis de expressões variados”.

#### 4. METODOLOGIA DO TRABALHO

Este trabalho tem natureza de Estudo de Caso em que o desenvolvimento foi baseado na avaliação de três condições: a) relação com a Lei de inclusão escolar ; b) relação aluno-escola: professora; psicopedagoga e da coordenação da escola; a relação com os colegas da escola e atividades escolares e d) relação família-escola

Buscando entender a existência da inclusão escolar - segundo critérios da legislação sobre atendimento especial - do aluno com a Síndrome ODD foram analisados os seguintes materiais escolares: três livros didáticos usado pelo aluno, dois de seus cadernos (um do início e outro do final do ano) que utilizara em sala de aula e algumas avaliações bimestrais as quais o aluno foi submetido. A pesquisa teve duração de um ano.

##### ***O perfil do aluno beto***

Neste artigo o aluno recebe o nome fictício de Beto. Ele pertence a uma família de padrão econômico classe D, pois segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2016), quem recebe dois a quatro salários mínimo pertence a este padrão econômico.

Hoje com dez anos de idade, Beto cursa o 5º ano do ensino fundamental em uma escola particular. Ele frequenta esta escola desde os primeiros anos escolares até os dias atuais desta pesquisa.

Ele participou do programa CAMINHAR do Hospital Universitário Bettina Ferro, mas por ter plano de saúde particular, seu acompanhamento clínico passou a ter maior frequência com a neurologista que o acompanhara no programa CAMINHAR.

Beto apresenta comprometimento da audição condutiva do lado direito, uma vez que o formato anatômico deste órgão auditivo é totalmente deformado. Por ser uma deformidade congênita e de difícil reestruturação anatômica, Beto faz apenas o uso perfeito do lado não deformado, porém como é normal nessas situações auditivas, Beto apresenta o tom de voz bem mais alto do que o normal. Sua visão é auxiliada por óculos, onde, segundo sua mãe, a lente apresenta quatro graus de

ambos os lados. Faz acompanhamento semestral com oftalmologista como prevenção de glaucoma. As mãos apresentam deformidade no quinto quirodáctilo, sendo mais acentuado na mão direita.

O aluno apresenta habilidade para percussão. Beto não pode ouvir uma música tocando que logo procura algo para acompanhar o ritmo da música fazendo sua batucada particular; outra habilidade é a dança, Beto não consegue estar em ambiente como aniversários ou outras comemorações festivas regada a músicas e ficar parado, e não pode deixar de haver dama para fazer companhia a ele na dança, pois isso o aborrece.

Outro fato bem peculiar de Beto é o de apreciar músicas do passado e sua forma de conversar com as pessoas que os rodeia, principalmente quando a conhece pela primeira vez, procurando saber detalhes da pessoa.

Seu passatempo predileto é o computador ou celular, onde consegue usar com facilidade os aplicativos que ali surgem.

### ***Perfil da escola***

A escola frequentada pelo aluno Beto, situa-se no bairro do Guamá, bairro periférico de Belém e tem quinze anos de existência. Possui área para prática de esportes, psicopedagoga, sala multimídia, biblioteca e sala multifuncional. Atende da educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental; esta escola possui duas outras unidades no mesmo bairro.

Segundo informações da direção da escola, todos os professores possuem formação de nível superior. Há na escola, uma professora pós graduada em Educação Especial Inclusiva, e, segundo informações da coordenadora pedagógica três vezes por semana ela faz atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, assistindo a três alunos com necessidades especiais durante a semana.

A escola não possui nenhum projeto voltado para a área cultural como dança, musicalidade, teatro ou áreas afins. Havia na escola aulas de natação, porém pelo fato do prédio não ser próprio, tiveram que mudar de endereço, onde não poderia ser oferecida esta modalidade.

## **5. A AVALIAÇÃO QUANTO À INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM ODD**

### *a) A relação com a Lei de inclusão escolar*

Apesar de já haver uma evolução significativa no que diz respeito a inclusão escolar por meio das leis que as regem, ainda encontramos profissionais da educação que vêem a inclusão escolar como um processo apenas de socialização. Entretanto sabemos que, o simples fato da escola receber alunos com necessidades especiais não é garantia de se tratar de uma escola inclusiva. Para estar classificada como tal, a escola além de receber o aluno precisa ter as condições necessárias para auxiliar no seu desenvolvimento como pessoa humana digna de direitos como expressam as leis sobre o assunto.

[...] escola inclusiva é uma escola onde se celebra a diversidade, encarando-a como uma riqueza e não como algo a evitar, em que as complementaridades características de cada um permitem avançar, em vez de serem vistas como ameaçadoras, como um perigo que põe em risco a nossa própria integridade, apenas porque ela é culturalmente diversa da do outro, que temos como parceiro social (César,2003.p.119).

Os comprometidos com essa causa sabem que para aplicar e desenvolver uma educação inclusiva, deve haver em primeiro lugar o respeito:

A educação inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível a permanência de todos os alunos e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. (GLAT, 2007,p.16)

Por outro lado, ao recebermos um aluno com necessidades especiais em instituições de ensino sem dar-lhe condição de desenvolvimento intelectual, favorecer sua interação, buscar melhorar as condições escolares, respeitar a individualidade e necessidades esta instituição, estará apenas cumprindo o papel de integração o que difere do conceito de inclusão escolar que muito mais abrangente.

[...] por um lado, a corrente integracionista trata idealmente a realidade,por outro, ela reconhece a igualdade essencial entre os homens em direitos e deveres. Defende-se a inclusão de deficientes no âmbito escolar, seja em classes especiais, casses comuns ou escolas especiais de forma abstrata e universal, defende no fundo o acesso ao conhecimento pelo “deficiente”, se não consegue perceber as contradições mais profundas existentes nas relações entre os homens, consegue perceber e lutar para que os homens vivam e atuem socialmente. (CARMO,1991, p.124).

A meu ver, o processo de inclusão está centrado no comprometimento da escola, da família e da sociedade geral. Um aluno como Beto com a síndrome ODD necessita dessa integração e inclusão para que o aluno possa avançar em alguns aspectos que favoreçam seu desenvolvimento, especialmente no que diz respeito ao processo educativo. Penso que nesta condição o aluno passa aos poucos a identificar-se como sujeito singular e se relacionar com os demais à sua volta, sentindo-se naturalmente inserido no convívio em sociedade.

É primordial entendermos que o convívio com pessoas com necessidades especiais, esteja presente a solidariedade e o respeito, em busca a todo momento de novos caminhos para auxiliar o outro. Assim sendo, busca-se atingir os objetivos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, citados Maria Tereza Egler Mantoan (2011) os quais asseguram a inclusão escolar de alunos com deficiências, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para:

- Garantir o acesso de todos os alunos ao ensino regular (com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino);
- Formar professores para o AEE e demais professores para a inclusão;
- Prover acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, comunicações e informação;
- Estimular a participação da família e da comunidade;
- Promover a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas educacionais;
- Oferecer o atendimento educacional especializado (AEE).

( MANTOAN, 2011).

Tomando por base os objetivos descritos por Mantoan, infiro que o processo pedagógico deve assegurar o direito às diferenças, respeitar as necessidades especiais individuais atendendo e valorizando os distintos saberes e capacidades do ser humano que apresenta deficiência. Neste sentido, o trabalho pedagógico a ser levado a termo no caso de Beto, sujeito deste estudo, deve revestir-se do respeito ao direito que ele tem de ter Educação; empreender nas atividades escolares a solidariedade e educar para o amor. Como define o Parecer do CNE/CEB Nº 17/2001, o respeito às diferenças é fundamental pois, “O respeito traduz-se pela

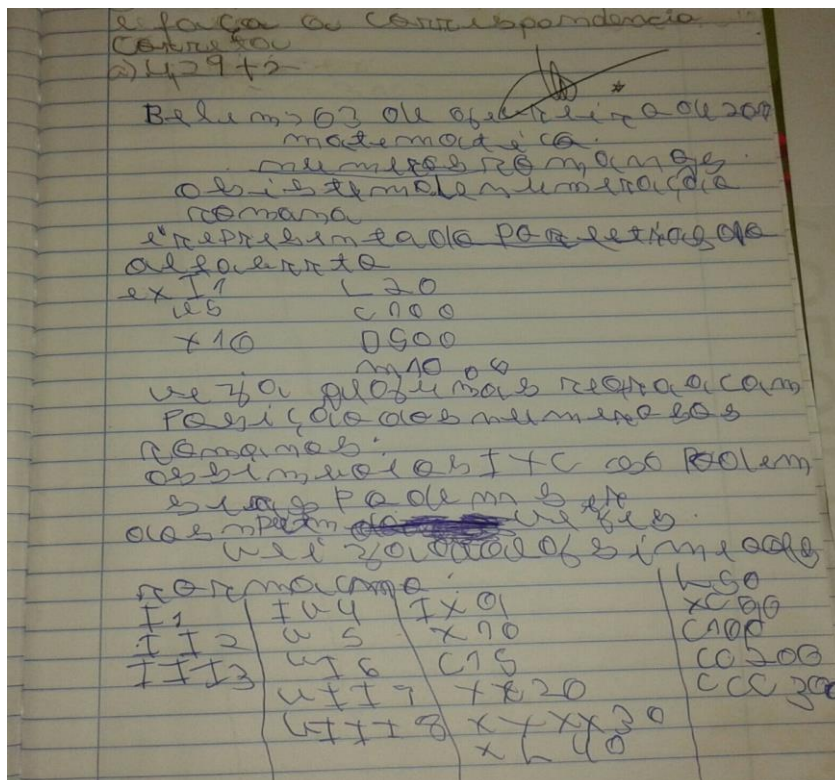
valorização de cada indivíduo em sua singularidade, nas características que o constituem” (BRASIL, 2001, p. 26).

*b) relações aluno-escola: professora, psicopedagoga, coordenação pedagógica; a relação com os colegas da escola e atividades escolares*

Nas avaliações quanto ao entrosamento de Beto com a turma notei que existia boa interação dele com as pessoas ao seu redor, não só na escola, mas também fora dela. Ele era de fácil entrosamento com os colegas, com os professores e demais profissionais da escola. Quanto à sua frequência participa de todos os eventos que ocorrem na escola, e mostra alta habilidade com percussão e com a dança.

Observando os cadernos, livros e algumas avaliações bimestrais do aluno, vi que sua escrita não tem o desenvolvimento da maioria de seus colegas. Essa condição é preocupante, pois Beto está no quinto ano do ensino fundamental e ainda encontra muitas dificuldades para escrever qualquer texto (Imagem 1, Imagem 2).

Sobre o nível de desenvolvimento da escrita no início do ano letivo de 2017 comparando-o ao término do mesmo ano, observa-se não haver evolução. A imagem 1 é exemplo de uma das páginas do caderno de matemática do aluno ainda no início do ano. Nota-se uma caligrafia de difícil entendimento, sendo esta atividade copiada do quadro.



**Imagem 1:** escrita do aluno com ODD no início do ano letivo

Ao avaliar as atividades escolares nos cadernos e nos livros didáticos do aluno, percebi que as questões a serem feitas tanto nos cadernos como nos livros didáticos, algumas estavam feitas e outras por fazer, sendo que os números de atividades por fazer superavam as feitas. Avaliando esses materiais verifiquei que há pouca assiduidade de atividades executadas relacionadas aos conteúdos escolares. Não detectei atividades adaptadas para com as necessidades educativas especiais que o Beto exigia. Ficou, assim uma dúvida sobre o tema: como esse aluno foi avaliado durante o período letivo de 2017.

Em conversa informal com a coordenadora da escola de Beto fui informado que a escola vinha solicitando à família do aluno, um laudo que esclarecesse qual a síndrome do aluno. A mesma coordenadora que a professora do aluno em questão, procurava fazer atividades adaptadas. Nessa conversa, foi explicado que as atividades e as avaliações eram feitas por meio uma leitura do conteúdo para o aluno e este respondia a contento. Este critério parece ter sido o único meio de avaliar o aluno e por isso considerava um bom rendimento.

Esses motivos explicitados, me fazem inferir que a escola não modificava sua pedagogia para atender as especificidades de Beto por entender que sem um laudo definitivo a escola não podia fazer muita coisa pelo aluno. No entanto, essa prerrogativa de ter um diagnóstico não impede a escola adaptar sua pedagogia.

O aluno Beto se relaciona muito bem com seus colegas de classe, assim como, com as demais professoras que estudou, e segundo informações colhidas com sua mãe Beto sempre gostou de participar das atividades festivas e culturais.

No que tange as atividades com a psicopedagoga, infelizmente por motivos não alegados, esta profissional não mostrou interesse em receber-me e passar as mínimas informações sobre o aluno Beto. Penso que como profissional relacionada à inclusão escolar, caberia uma contribuição deste seguimento, dando mais informações sobre as estratégias que utiliza aos alunos assistidos no processo de inclusão escolar com necessidades educacionais especiais. A meu ver, a relação de todos os seguimentos da escola não deveria omitir uma contribuição aos profissionais que estão em formação para lidar com a educação.

Houve pelo menos três tentativas em busca de informações com esta profissional, em horários e dias diferentes, porém sem sucesso deixando-me bastante frustrado. Ainda assim, não aceitando sua atitude, procurei respeitar sua decisão.

### *c) A relação família-escola*

A família, na pessoa da mãe do aluno, ao ser entrevistada reclamou que muito poucas vezes durante o ano letivo a professora procurava ler as atividades para o Beto, e acrescentou que ele pouco produzia na escola. Esta acusação, no entanto, só pode ser afirmada se houver como participar cotidianamente na escola, porque a leitura não fica registrada em papel.

Durante o mês de agosto, em função de ao final do primeiro semestre Beto apresentar o boletim com notas muito baixas, a mãe dele foi em busca de obter um laudo solicitado pela escola há muito. Tive a oportunidade de acompanhar Beto e sua mãe à consulta com a médica que o acompanhara desde os tempos do projeto CAMINHAR citado anteriormente.

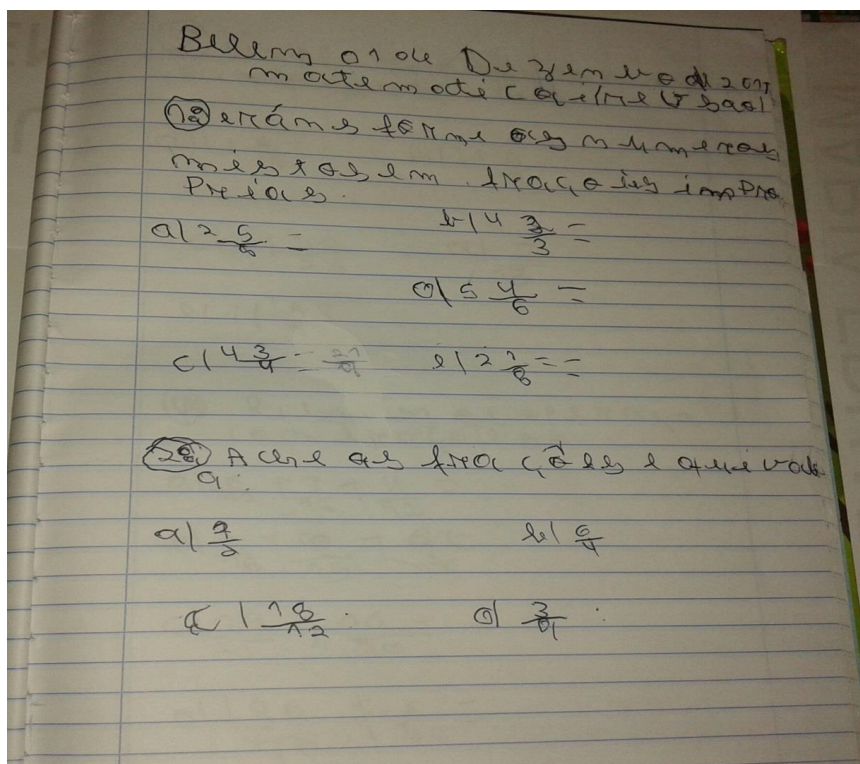
Antes dessa visita médica, esta pediu um relatório da escola com a avaliação pertinente ao desempenho escolar de Beto, suas dificuldades e outros critérios mais que pudessem ajudar a profissional da saúde a produzir o Relatório com o laudo médico consubstanciado. O relatório da escola foi entregue, mas o conteúdo nele presente provocou surpresa na médica, pois as informações deixavam muitas lacunas que ajudasse a referida médica.

O relatório com a avaliação do Beto dizia que ele 'apresenta deficiência na leitura e interpretação textual, na coordenação da escrita e não consegue aprender os assuntos de matemática. Em decorrência dessas dificuldades relatadas, a escola solicita um acompanhamento especializado, para uma obtenção de um maior melhoramento das dificuldades citadas'. Diante dessas informações e os critérios sobre os sintomas aparentes do aluno, a médica dá o laudo de Beto como síndrome ODD e para melhor detalhamento sobre as dificuldades de coordenação motora do aluno, solicita um atendimento especializado com Terapia Ocupacional.

Apesar do laudo médico ser levado para a escola, o aluno continuava com a mesma rotina pedagógica ou seja, sem atividades adaptadas, acompanhamento psicopedagogo com pouca frequência e sequer encontrarem estratégias que pudesse haver uma apropriação maior da escrita e da leitura.

As poucas vezes que buscava escrever Beto mostrava extrema dificuldade na coordenação motora na prática da escrita. Penso que deveria haver uma atenção maior nesta situação, pois essa dificuldade motora poderia estar relacionada às características da ODD, uma vez que por conta da Sindactilia do quarto e quinto dígitos comprometem e dificultam a coordenação nas mãos (IKEDA et al,1998).

Como pode ser visto na imagem 2 deste artigo, ao final do ano letivo a escrita de Beto encontra-se no nível silábico-alfabético. Neste nível as crianças buscam escrever de maneira em que as letras correspondem os sons às formas silábica e alfabética como também, pode escolher as letras, de forma ortográfica ou fonética. Ao ter consciência da importância do uso das vogais e/ou consoantes na escrita de uma palavra, busca fazer uso de ambas. No início combina escritas silábicas com escritas alfabéticas em uma mesma palavra. Podem acontecer omissões ou acréscimos de algumas letras no interior das sílabas (FERREIRO, 1987).



**Imagem 2:** Escrita do aluno com ODD ao final do ano letivo

A despeito desta discussão Ferreiro e Teberosky, (1985) citadas por Moreira, (2009),

A criança começa a perceber que o sistema de escrita do português se baseia no som; ou seja, não é pictográfica, ou ideográfica, como ela pensava antes; nossa escrita é, basicamente, fonográfica. Entretanto, a menor unidade sonora que ela representa, nesta fase, é a sílaba. Para explicitar essa concepção, as autoras analisam a escrita infantil e observam que a quantidade de caracteres utilizados pela criança é similar à quantidade de sílabas da palavra; mas nem sempre essas letras têm relação com as sílabas que ela deseja representar. No início, a preocupação maior é com a quantidade de letras, não com o tipo de letra que se usa. Aos poucos, as representações vão se aproximando das letras que formam o nome (por exemplo, para a palavra “boneca”, ela escreve BNC).

(MOREIRA, 2009, p.363)

Um fato importante na escrita de Beto é que não houve evolução na escrita, porque “para se aprender a escrever o indivíduo necessita conhecer o sistema de regras da escrita e esse conhecimento acontece de forma gradual, e exige do sujeito uma reflexão a respeito das características gerais da escrita (NOGUEIRA E SILVA, 2014, p.1). Outro fato foi perceber que o aluno também não conseguia resolver as

questões de matemática propostas. A meu ver, por um lado não saber ler também dificulta a interpretação dos problemas, por outro lado tal dificuldade na matemática é fruto de uma série de comprometimentos com a aprendizagem por causa da ODD.

A imagem 3 mostra uma atividade proposta para o aluno Beto, sendo um ditado de palavras soltas, onde as palavras sacola, casa, parada, geladeira, música e dado foram de minha escolha e as demais palavras como açai, vovó, bonito e Sara foram escolhidas pelo aluno Beto.

Ressaltando que as palavras escolhidas por Beto são as que fazem parte do seu cotidiano, pois, gosta muito de açai, sua avó é quem mais convive com ele durante o dia, bonito segundo Beto, foi um aluno que fez esse elogio a ele na escola e Sara uma música do passado que sempre me pede para colocá-la para escutar.

Quanto ao ditado da frase, procurei usar uma frase presente na introdução da música Sara.

Entretanto, o aluno só conseguiu fazer o ditado tanto das palavras soltas quanto da frase, mediante a soletração das palavras, letra por letra e em algumas ocasiões dando pistas para que lembrasse da letra solicitada à escrita das palavras ditadas, o mesmo ocorrendo com o ditado da frase.

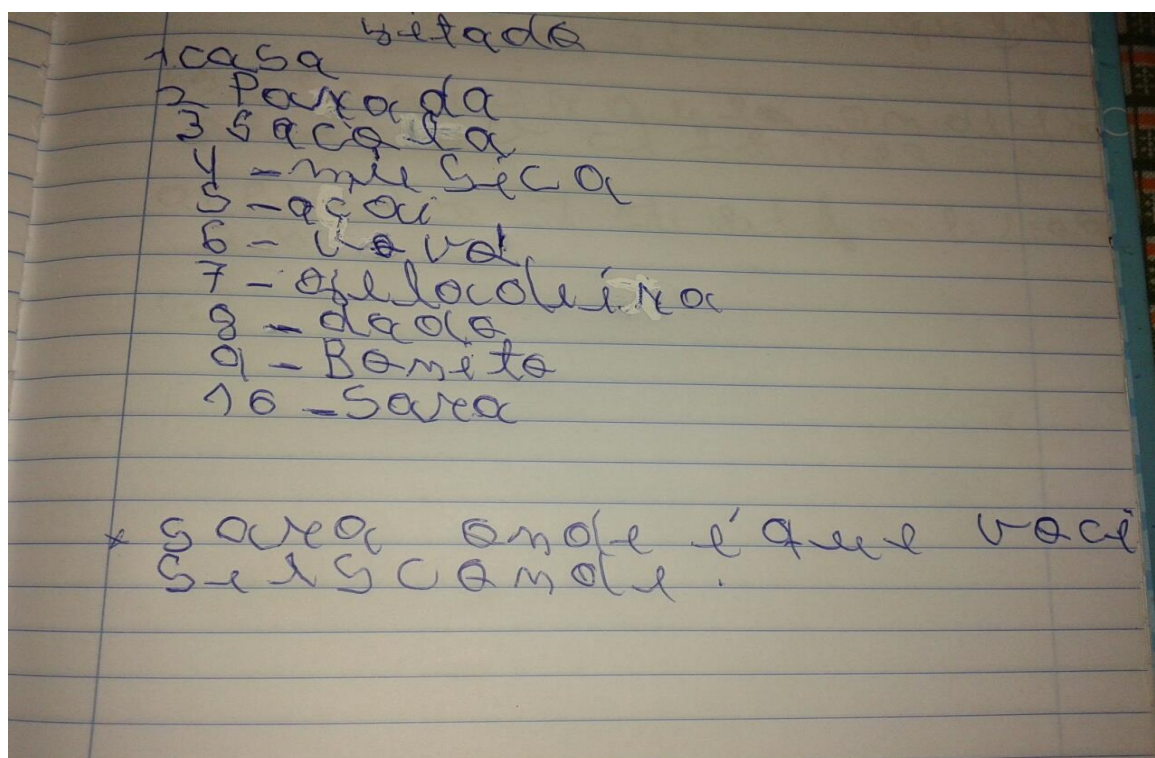
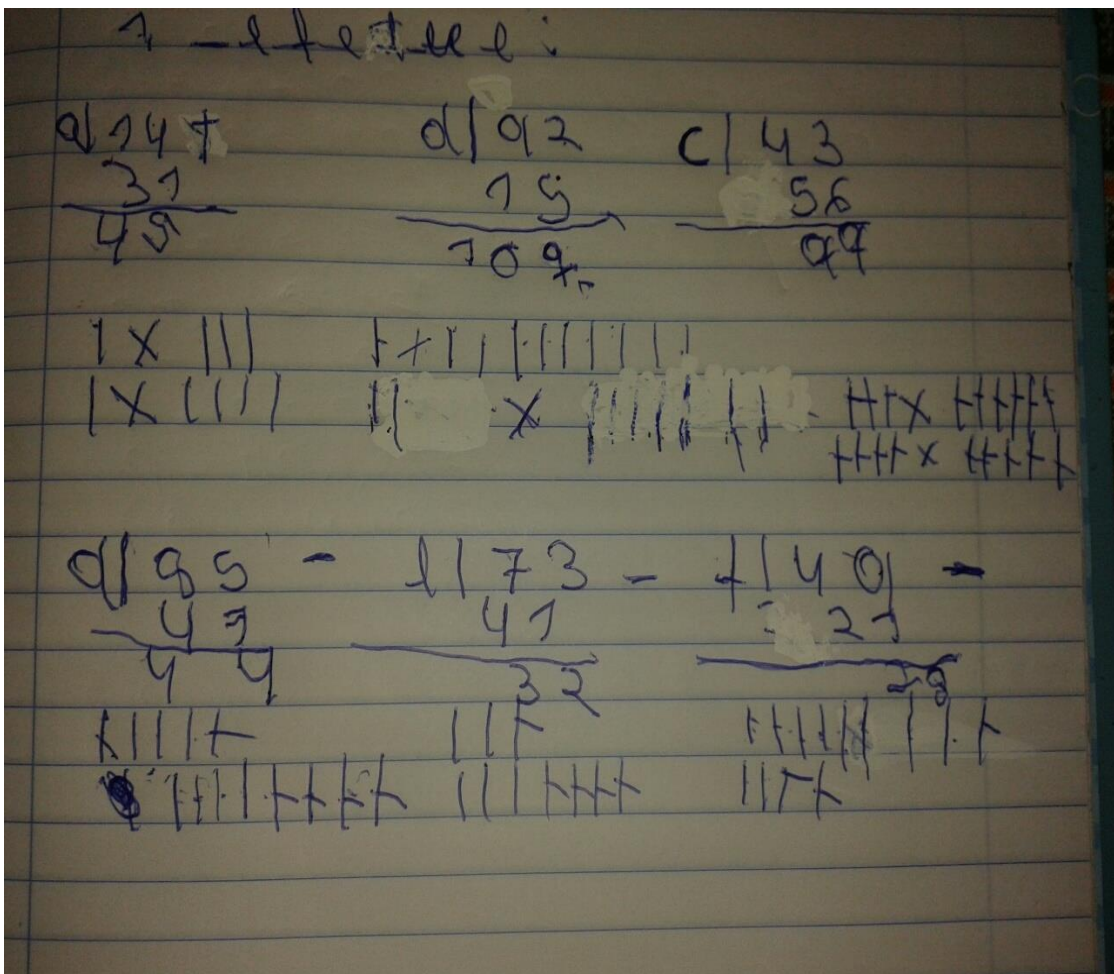


Imagem 3: Ditado de palavras soltas e frase

Procurei fazer também uma sondagem em matemática para ver como Beto se portava diante da proposta. Foram exercícios que buscavam ver se conhecia os números, para tanto, ditei a ele três atividades de adição e três de subtração. Optei por ditar o exercício pelo fato de já ter observado que assim ele conseguia escrever o que se pedia sem maiores dificuldades. Novamente Beto necessitou que o ajudasse na escrita dos números das atividades, pois havia alguns números que ainda não mentalizara.

Na imagem 4 mostra a atividade e a estratégia de Beto para resolver tanto a adição quanto a subtração. O aluno conseguiu sem minha ajuda resolver as operações, em alguns momentos percebeu que cometera erros nas operações matemáticas e como costuma usar corretivo, apagou e corrigiu a seguir.



**Imagem 4:** Resolução da adição e subtração e a estratégia de Beto para a resolução.

O aluno Beto não consegue ler, mesmo conhecendo as letras, na escola as atividades eram lidas a ele, para posterior resposta, isso ocorria em todas as disciplinas. Sua responsável relatou-me que a psicopedagoga pouco contato tinha com o aluno Beto, ficando a cargo da professora regente a missão de ler e ditar as atividades para ele.

Vale ressaltar que independente de Beto apresentar a síndrome ODD, a prática da leitura e da escrita não pode ser apenas responsabilidade da escola. A família representa a base da sociedade, onde, tem um papel fundamental na formação intelectual educacional, sendo em seu seio que a prendemos a nos desenvolvermos socialmente e economicamente.

Podemos ter na família o pilar fundamental no que tange ao crescimento da criança, podendo tornar-se sistemático o papel da família em buscar estratégias de intervenções, tornando os pais a exercerem papéis de educadores parentais.

[...] o gosto pela leitura é um hábito que se consolida a partir da prática cotidiana, devendo, portanto, ser estimulado desde a infância, até tornar-se uma necessidade.

Muitos afirmam que os pais são os principais responsáveis pelo incentivo a leitura e que um bom leitor se faz, fundamentalmente, em casa. (AMORIM,2008,p.11)

Assim sendo, estimular a leitura pode significar desenvolver habilidades na escrita e por conseguinte o letramento na criança, quebrando as barreiras de entendimento em vários momentos de leituras aos quais as crianças são submetidas na escola.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou avaliar a inclusão escolar, em particular de um aluno com síndrome ODD. Mas, avaliar o trabalho de alguém ou de uma instituição não é tarefa fácil. Todavia ao abraçar esta tarefa, foi de salutar importância poder conhecer essa síndrome, mormente, um pouco mais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Básica(Lei nº9394/96) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial para a Educação Básica(CNE/CEB,2001).

A importância da família acompanhando e conhecendo um as necessidade(s) especial(ais) de seu familiar, faz disso um melhor convívio dele na escola. Por outro lado, a escola cumprindo seu papel enquanto representante do Estado, respeita as leis que tratam da Inclusão. Os profissionais da educação, nesta tarefa, serão o carro chefe dessa tarefa difícil, porém, não impossível.

A síndrome ODD por ser rara e de poucos casos relatados ainda requer maiores informações a seu respeito, pois seus comprometimentos podem ser confundidos com os de outras síndromes.

Ao término deste trabalho penso que a inclusão escolar conseguiu avançar e muito, entretanto, para um avanço mais significativo, devemos conscientizar a importância da família em ser parceira da escola nessa missão, para tanto buscar um laudo claro e objetivo e não omiti-lo da escola, como para acompanhar as atividades escolares de seus filhos e dar retorno à escola e vice-versa. O conhecimento sobre as deficiências pelos profissionais da instituição é importantíssimo para a inclusão e o desenvolvimento de projetos inclusivos ao alunos.

As atividades as quais o aluno participou poderiam ser melhor direcionada ao processo de ensino/aprendizagem, entretanto, vejo que a família por não conhecer de fato como lidar com a síndrome, suas peculiaridades e a pouca aproximação da escola, mesmo estando o aluno há mais de cinco anos na instituição, sendo o aluno tratado com carinho e atenção, deixou passar despercebido o que mais poderia ser feito pelo aluno Beto enquanto instituição escolar comprometida com a inclusão.

A meu ver, como futuro profissional da educação cabe buscar o que não deve ser feito no processo inclusivo. Conhecer as leis que as regem e procurar pesquisar sempre o que de inovador na área de inclusão escolar está sendo oferecido, para sim não ser omissos e nem negligentes a este público que mesmo com tantas conquistas ainda sim carecem de uma maior atenção e cuidados.

Preparar a inserção na sociedade sem ser visto como diferente, apresenta como boa solução para o aluno com ODD desenvolver suas habilidades, talentos e seu intelecto.

## 7. REFERÊNCIAS

AMORIM, Galeno (org.) **Retratos da Leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Instituto Pró-Livro, 2008.

BRASIL. Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999. **Dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências**.1999. Disponível em:

CARMO, A.A. **Deficiência Física: A sociedade cria, recupera e discrimina**. Brasília,2008. Escopo.

CÉSAR, M. **A escola Inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogos de todos para todos**. In: RDRIGUES, D. **Perspectivas sobre inclusão da educação à sociedade**. Porto. Porto Editora, 2001.p.123-142.

**DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999**. Disponível em: <[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)>. Acesso em 22 de fevereiro de 2018.

FERREIRO, E. Os processos construtivos de apropriação da escrita. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Os processos de leitura e escrita: novas perspectivas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987. p. 102-123.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva e Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras,2007

KENNETH, Lyon Jones, **Padrões reconhecíveis de malformações congênitas**. Manole Ltda: São Paulo. 1a. edição brasileira, 1998.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Diferenciar para incluir: a educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Diversa. Educação Inclusiva na prática. Instituto Rodrigues de Souza. Disponível em: <http://diversa.org.br/artigos/diferenciar-para-incluir-a-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva/> Acesso: 1 de fevereiro de 2018.

MOREIRA, Cláudia Martins. **Os estágios de aprendizagem da escritura pela criança: uma nova leitura para um antigo tema**. Linguagem em (Dis)curso,

Palhoça, SC, v. 9, n. 2, p. 359-385, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v9n2/07.pdf> Acesso em: 01 de fevereiro de 2018.

NOGUEIRA, Silvana da Silva Nogueira; SILVA, Priscila Cavalcante. **O processo de aquisição da língua escrita: fundamentado em Emilia Ferreiro e Ana Teberosky.** VI FIPED – Forum Internacional de Pedagogia. Santa Maria – Rio Grande do Sul, 30 de julho a 01 de agosto 2014.